



Sindicato dos Trabalhadores em Educação
da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

27/04 GREVE!

PARAMOS PARA EVITAR O APAGÃO NA EDUCAÇÃO!

Às comunidades escolares

Os trabalhadores em educação concursados das escolas municipais de Belo Horizonte decidiram iniciar uma greve a partir do dia 27/04 caso não haja avanços nas negociações com a prefeitura e a secretaria de educação.

A greve é uma tentativa de evitar um apagão na educação.

Falta professores e funcionários nas escolas!

Estamos no final de abril e, até hoje, as escolas ainda não contam com o quadro completo de professores, assistentes administrativos educacionais (AAEs) e bibliotecários. Não há explicação plausível para essa situação, já que existem concursos vigentes para todas essas áreas. Não havia, portanto, motivo para que a Prefeitura não tivesse nomeado, ainda no fim de 2025, profissionais em número suficiente para garantir o início do ano letivo com tranquilidade. Depois de muita pressão e mobilização, foram nomeados 400 novos professores. Ainda assim, esse número não é suficiente para cobrir todos os cargos vagos. Por isso, é fundamental que a Prefeitura publique o quadro de vagas existentes, para que o problema não se prolongue e se agrave no segundo semestre.

Falta verba nas escolas! Cadê o dinheiro da educação?

No início do ano toda escola constrói um plano de trabalho a partir de metas estabelecidas pela própria secretaria de educação, para cada meta existe um valor pré definido a depender do número de estudantes e espaço físico das escolas. Nos últimos anos as escolas já vinham trabalhando no limite. No entanto, de acordo com o relato das direções de escola o que está acontecendo em 2026 é uma redução drástica das verbas de manutenção das escolas, um corte que varia de 25% a 50%. Até o material básico que compõe o KIT escolar foi drasticamente reduzido.

Estão substituindo professores formados por oficinairos na Educação infantil!

A Prefeitura alterou a organização do tempo integral na educação infantil de modo que, agora, em um dos turnos, as atividades deixam de ser conduzidas por professores. Nesse período, as crianças passam a participar de oficinas de vivência ministradas por monitores terceirizados ou estagiários, enquanto, por ora, o professor permanece apenas acompanhando e observando. Essa mudança é equivocada e não faz sentido do ponto de vista pedagógico, a não ser que esteja em curso um plano para, em um futuro próximo, retirar os professores desse turno e substituí-los por estagiários e monitores.

Privatização e sucateamento do Atendimento às crianças com deficiência!

Atualmente, o atendimento às crianças com transtornos e deficiência nas escolas apresenta muitos limites, o que gera grande angústia para as famílias. A Secretaria de Educação se aproveita dessa situação para ampliar alianças políticas em favor do governo Damião. Hoje, os trabalhadores que acompanham as crianças com deficiência são terceirizados e contratados pela MGS, o que já representa um modelo inadequado. Agora, a Prefeitura está encerrando o contrato com a MGS e esses trabalhadores passarão a ser contratados por OSCs. Serão 21 OSCs, sem expertise comprovada

para esse atendimento, que, além de contratar esses profissionais, também ficarão encarregadas de elaborar o planejamento pedagógico das crianças. No entanto, o planejamento pedagógico é tarefa de professores concursados. Atualmente, cada escola conta com um professor ou professora com essa formação, mas, diante da quantidade de estudantes, é impossível dar conta de todas as demandas e preencher todos os documentos exigidos. Na prática, quase todo o tempo de trabalho desses profissionais acaba sendo consumido por tarefas burocráticas. A função docente não pode ser privatizada. É preciso ampliar o número de professores do atendimento educacional especializado, para que possam acompanhar as crianças nas turmas, em articulação com o professor regente, e também atender aquelas que necessitam das salas de atendimento educacional especializado. Da mesma forma, os profissionais de apoio precisam ser formados por esses professores, sob coordenação da Secretaria de Educação, e também devem ser concursados.

Caos na cantina e portaria!

Estes profissionais também são terceirizados, até o início do ano contratados pela MGS. A secretaria de educação definiu por mudar a empresa de terceirização, alegando que a MGS cobrava muito por um serviço ruim, o que temos total acordo. No entanto, o processo de transição demonstrou uma total incapacidade e despreparo da administração pública. Até hoje existem cantineiras que não foram encontradas, porteiros e cantineiras sem vale transporte, algumas trabalharam e não receberam o salário e tem escolas que as direções têm de ir para a cantina.

Descaso com os funcionários da escola!

Apesar dos trabalhadores da escola integrada, faxineira, apoio, mecanógrafo e apoios terem tido acordo com a proposta apresentada pela prefeitura e MGS. Tanto uma quanto outra se negam a orientar a assinatura ou assinar os acordos coletivos de trabalho criando uma enorme instabilidade dentro das escolas.

Ranquear escolas é penalizar comunidades!

Mais uma vez, a Secretaria de Educação tenta melhorar de forma artificial os resultados das avaliações externas, sem garantir, de fato, a aprendizagem dos estudantes. A proposta é estabelecer pagamento diferenciado para as direções das escolas que apresentarem melhores indicadores de desempenho e produtividade. Na prática, isso significa que direções de escolas localizadas em regiões de maior vulnerabilidade social tenderão a receber salários menores. Isso é inaceitável. Nós queremos, sim, melhorar significativamente o processo de aprendizagem, e é justamente por isso que lutamos para garantir o quadro completo de professores nas escolas, ampliar o número de docentes do atendimento educacional especializado, reduzir o número de crianças por sala de aula e assegurar mais tempo para o planejamento pedagógico.

BH está longe de valorizar os trabalhadores em educação. Piso não é Teto!

Nossa luta não é só por salário, mas este com certeza é um elemento importante. A prefeitura insiste em dar resposta às nossas reivindicações econômicas apenas na segunda quinzena de maio. Mesmo que o mês de negociação aprovado em lei seja abril. Não apresentou o índice oficialmente à entidade sindical, mas enviou um e-mail aos trabalhadores dizendo que a recomposição seria a inflação de maio de 2025 a abril de 2026, e que não haveria outros avanços. Isso é muito menos que o reajuste do piso esse ano de 5,4% e muito menos do que o crescimento da receita obrigatoriamente destinada à educação. Nossas perdas em relação ao piso salarial nacional chegam a 100%. Lutar por valorização dos profissionais em educação é defender a educação pública.

27/04 GREVE!
PARAMOS PARA EVITAR O APAGÃO NA EDUCAÇÃO!



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro - Belo Horizonte / MG

sindrede.org.br

Fale com o Sind-REDE/BH (31) 98814-1168

@sindredelh

@sindrede

Sind-REDE